

As revoltas do pão: um exercício de cidadania?

Submetido 5 de Agosto de 2014 por: Kajsa Johansson (Kajsa.johansson@lnu.se)

Michael Sambo (Michael.sambo@iese.ac.mz)

Introdução

Este artigo analisa as revoltas de pão que decorreram em Maputo 2008 e 2010 sob ponto de vista de exercício de cidadania. O conceito de cidadania tem um vasto uso em Moçambique principalmente através das organizações da sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais bem como os doadores que apoiam estes actores. É raro ver o uso do conceito no âmbito de revoltas ou acções populares como as manifestações de 2008 e 2010. As ONGs e outros actores da sociedade civil alegam representar a voz das pessoas pobres em Moçambique, ou ser representantes legítimos dos interesses dos pobres. Este é também o racional do apoio dado pelos doadores a estas organizações.

Partindo das revoltas referidas, levantam-se questões sobre a legitimidade e representatividade das organizações em relação à população que vive em estado de pobreza. Das entrevistas com os manifestantes fica claro que os mesmos são distantes das organizações e que pouco exercem a sua cidadania através de organizações ou grupos formais. Há exemplos de críticas explícitas feitas pelos manifestantes contra as ONGs, considerando-as como parte ou pelo menos muito próximas do poder político.

Afirma-se três principais causas das revoltas; primeiro a subida dos preços dos produtos e serviços básicos e ao mesmo tempo redução dos rendimentos; segundo a falta de possibilidade de ser ouvido e de influenciar a sua própria vida; terceiro a observação que enquanto o sofrimento da população está a piorar, o bem-estar da elite política e económica tende a aumentar.

Sugere-se que a estrutura e papel actual da sociedade civil, largamente e ao mesmo tempo falsamente, representada pelas ONGs, corre o risco de contribuir para o agravamento destes factores. Assim sendo, pode contribuir para complicar, em vez de facilitar, as condições de um exercício de cidadania mais forte entre os residentes dos bairros de Maputo. Sugere-se que equiparar sociedade civil com ONG serve um modelo e interesses neoliberais e desfalca o surgimento duma sociedade civil baseada em classes e interesses económicos opostos do poder. Esta última poderia apresentar uma crítica contra o próprio sistema, o que não é do interesse da actual sociedade civil. O artigo sublinha que uma análise crítica e consistente em relação aos actores da sociedade civil é necessária entre os doadores e a comunidade das ONGs nacionais e internacionais.

O material primário provém de dois projectos de pesquisa distintos em curso, onde os autores deste artigo fazem parte. O primeiro projecto realizou entrevistas com 20 pessoas que participaram nas manifestações de 2010 (alguns também nas manifestações de 2008). Os manifestantes são todos residentes nos bairros ao redor de Maputo onde as manifestações decorreram. Estas entrevistas foram realizadas em Fevereiro e Março de 2011 e em Setembro de 2012, colaborando com um jornalista e assistente que as afectou. Em Março e Abril de 2011 foram entrevistados representantes de 7 ONGs Moçambicanas sobre o seu ponto de vista em relação às manifestações. Em 2013 foram entrevistados representantes de instituições governamentais chaves na questão alimentar, bem como aos cidadãos em três bairros periféricos da cidade de Maputo e no distrito de Chókwe, no âmbito do projecto de

pesquisa designado *Food rights and food riots, the social and political accountability for hunger*, em que o IESE participou. Os três bairros visitados são respectivamente Machaquene, Chamankulo e Ferroviário, nos quais os pesquisadores fizeram observações e entrevistas: exploratórias, semi-estruturadas e discussões de grupos focais.¹ No mesmo período foram feitas entrevistas à algumas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em Maputo e Chókwe.

Foi feito um catálogo de eventos políticos com base em material recolhido da imprensa escrita nos períodos das manifestações, dos quais os textos noticiosos e de opinião foram introduzidos no catálogo para análise à luz do projecto *Food rights and food riots*. Os gráficos apresentados sobre o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) foram computados a partir de dados estatísticos oficiais produzidos pelo INE (IPC e taxas de inflação) e dados da Organização de Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical (OTM), sobre os salários mínimos aprovados por sector. Estes dados foram computados e analisados por aquele projecto do qual o relatório ainda não foi publicado.

Uma breve revisão bibliográfica sobre revoltas do pão, sociedade civil e cidadania

Revoltas de alimentos na África 2007-2010

Revoltas de alimentos são descritas por Patel e McMichael (2009) como uma das formas mais antigas de acção colectiva. Em 2007-2008 decorreram revoltas de alimentos em 14 países africanos e em 2010 decorreram em 7 países africanos. A maior parte das revoltas decorreram na África Central, Norte e no Corno de África. (Sneyd, Legwegoh e Fraser, 2013; Pevliuc-Olarui 2013; Berazneva e Lee 2013). As revoltas coincidem com os momentos dos dois picos no índice de preços alimentares da FAO, como mostra a figura 1.

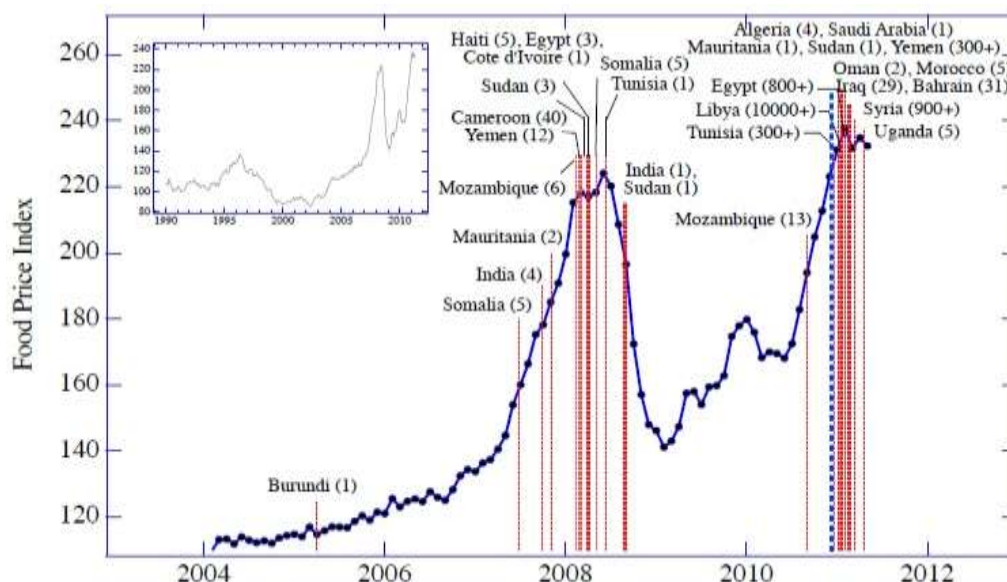


Figura 1: Índice de preços alimentares. Linhas vermelhas mostram o dia inicial das revoltas de alimentos. Número de mortes entre parênteses. (Lagi, Betrand e Bar-Yam 2011)

¹ Em relação ao material secundária, na maioria originalmente na língua Inglesa, nas citações os autores do presente artigo fizeram uma livre tradução para Português.

Depois destas duas ondas de revoltas de alimentos apareceu um número considerável de artigos académicos a fazerem sua análise. Nesta secção parte-se uma parte destas obras, para depois fazer uma análise mais geral sobre as relações entre as revoltas do pão e seus participantes e a sociedade civil estabelecida, representada pela comunidade das ONGs. Segue uma análise crítica mais geral das ONGs e a sua legitimidade e capacidade como promotores duma cidadania popular e inclusiva.

Nas obras escritas sobre as revoltas no continente Africano 2007-2010, aparecem duas posições principais em termos de como se explica as razões das revoltas: Uma é composta por académicos que analisam as revoltas como reacções contra os efeitos de longo prazo das políticas económicas neoliberais, impostas pelas instituições de Bretton Woods e implementadas pelos governos nacionais. A outra posição é composta por académicos que argumentam que as revoltas de alimentos são resultados de escassez de alimentos ou insegurança alimentar. Académicos da segunda posição tomam, até um certo ponto, em consideração as dimensões políticas e económicas nas suas descrições, mas tendem a ignorá-las nas conclusões, em que se focalizam mais no fortalecimento da segurança alimentar a nível nacional. A primeira posição, que toma em conta a segurança alimentar mas que advoga que é insuficiente para entender as revoltas, parece representar uma análise mais consistente e abrangente. Também apresenta factos convincentes, como por exemplo, que sempre tem existido comida nos tempos de fome. (Patel e McMichael 2009: 14) Esta perspectiva mais abrangente está também de acordo com o material empírico e a literatura recolhidos no âmbito deste artigo.²

Seguindo este fio de pensamento, o artigo *Political Economy of the Food Riot* de Patel e McMichael, (2009) oferece um quadro de análise das revoltas de alimentos. Eles afirmam que as revoltas devem ser analisadas à luz do regime alimentar corporativo dominante incorporado na governação neoliberal. Segundo Patel e McMichael, este regime é caracterizado pelas seguintes características: produção de alimentos básicos sendo substituídos por produtos de exportação; juntas de comercialização estatais substituídos por compradores privados; 20-30000000 camponeses despossuídos das suas terras devido à liberalização do comércio; agricultura de exportação e *landgrabs* em nome da segurança energética e alimentar (em outros países); a reversão de subsídios alimentares para os pobres; enfraquecido o buffer de protecção para os consumidores, a construção de uma força de trabalho excedente relativo e prestando um grande número de trabalhadores pobres urbanos com extrema vulnerabilidade aos preços dos alimentos aumentaram. Na secção subsequente sobre o contexto económico de Moçambique, será mostrado que estas características são em conformidade com o padrão do desenvolvimento económico Moçambicano.

Patel e McMichael argumentam que o conceito de segurança alimentar é uma invenção neoliberal, que ignora a economia política de produção e disposição de alimentos. Eles descrevem a inflação dos alimentos na África em 2008, como um detonador que foi aceso, conduzindo à consciência popular, "provavelmente porque a comida é o símbolo material mais elementar do contrato social." (2009: 23). Sugerem dois factores principais (*triggers*) que desencadeiam revoltas de alimentos: Primeiro, um *entitlement gap* súbito entre o que as pessoas percebem como seu direito (ser capaz de alimentar a sua família), e o que eles conseguem alcançar (desapropriação e falta de acesso a alimentos); segundo, a ausência de voz e possibilidade de influenciar. Além destes dois, sugerem um terceiro, que vai se

² Sneyd, Legwegoh e Fraser 2013 analisam como a imprensa explicou as revoltas de pão em África 2007-2011 e concluíram que na imprensa internacional, a tendência era de só falar sobre pobreza e fome como as principais razões. Porém, na imprensa Africana a análise era mais profunda, incluindo também um descontentamento geral dos cidadãos em geral e a sua falta de possibilidade de influenciar o desenvolvimento nos países em causa.

mostrar relevante no caso de Moçambique considerando as reflexões dos manifestantes entrevistados: o facto de o actual regime alimentar ter empobrecido muitos e enriquecido poucos. Se as dificuldades fossem igualmente distribuídas provavelmente não levaria a protesto. (Patel e McMichael 2009: 25-27) Pois, no restante do artigo vamos referir três factores.

Enquanto vários académicos sugerem que uma variedade de organizações e movimentos sociais participaram nas revoltas de alimentos entre 2007 e 2010, em 2008 há pouca documentação sobre o papel das organizações da sociedade civil e ONGs nas revoltas, ou a sua relação com os manifestantes que participaram nas revoltas. Por exemplo, Holt-Giménez e Patel (2009) apresentam uma série de declarações de várias organizações da sociedade civil, plataformas e redes proeminentes, feitas em preparação para conferências e cimeiras, mas não relacionam seus autores com as revoltas sobre as quais fazem tais declarações.

Uma das poucas obras que em parte focaliza na relação entre as revoltas populares e a sociedade civil estabelecida é Beinín (2014) que examina o papel da sociedade civil Árabe nas revoltas de 2011, perguntando por que a sociedade civil não conseguiu cumprir com o seu suposto papel. Beinín questiona o pressuposto, que prevalece entre académicos e formuladores de políticas ocidentais, sobre a sociedade civil como essencial para a democracia. Ele critica a racionalidade da promoção das ONGs como uma forma de "construir a sociedade civil"; uma estratégia que ele alega ser superestimada e baseada em falsos pressupostos. Beinín argumenta que a democracia é o resultado de lutas e não sai duma oposição licenciada e aprovada na forma duma classe média urbana que muitas vezes têm sido promotores da política neoliberal Washington Consenso.

Cidadania e sociedade civil

De igual modo, e muitas vezes ligado à construção da sociedade civil fala-se da construção da cidadania. Cidadania é um conceito bastante usado, por exemplo no contexto de apoio às ONGs e também na academia. Em 1949 Marshall, na sua aula *Citizenship and social class*, foi um dos primeiros, se não o primeiro, a desenvolver um quadro sobre cidadania para explicar direitos sociais, políticos e legais. Porém, embora tenha passado meio século, ainda não existe uma teoria de cidadania. Janoski, na sua tentativa de contribuir para resolver esta falta, parte da seguinte definição: “Cidadania é uma filiação passiva e activa de indivíduos num estado ou nação com certos direitos e obrigações universais gozando de certo nível de igualdade.” (1998: 7) Sem dar uma definição específica, van Steenbergen (1994) explica que cidadania representa a participação na vida pública, que é mais abrangente que a vida política. Isto implica que cidadania vai além da relação que o cidadão tem com o estado, que é a relação que o cidadão tem com a sociedade como todo. Um cidadão neste sentido é alguém que está a governar e é governado, pois assumir este papel requer autonomia, lealdade e bom senso. O conceito de cidadania engloba por um lado direitos, *entitlements*, e obrigações por outro. van Steenbergen (1994) descreve as três dimensões clássicas, vindas de Marshall, sobre cidadania; política, social e civil mas argumenta que estas podem não ser suficientes para analisar os desafios de hoje. Direitos civis são liberdades como de associação e de liberdade de expressão. Direitos políticos representam o exercício de participar em eleições justas e livres. Os direitos sociais incorporam o direito de bem-estar económico, segurança, participação social na comunidade. (Revi 2014)

Segundo Marshall cidadania era um meio pelo qual o capitalismo e a democracia; dois sistemas em tensão natural; poderiam coexistir. Dito de outra forma, os direitos sociais foram resultado necessário da concorrência entre os direitos civis e políticos. Para garantir que os cidadãos estejam

suficientemente bem informados para exercer um voto significativo, o governo é obrigado a garantir escolaridade. Portanto direitos políticos exigem, e são, por sua vez, apoiados por direitos sociais. Por tanto, educação tem uma relação directa com a promoção de cidadania. (Revi 2014)

Na literatura contemporânea sobre sociedade civil, encontra-se um número de definições quase igual ao número de escritores. Não é o objectivo do actual artigo apresentar esta vasta discussão, o artigo apenas se refere a alguns exemplos para servir como ponto de partida para o raciocínio subsequente. Michael Edwards sugere que as escolas teóricas sobre a sociedade civil podem ser divididos em três categorias principais; "A sociedade civil como o mundo da vida associativa (a visão mais comum), a sociedade civil como a sociedade boa (o tipo de sociedade estas associações supostamente vão gerar), e a sociedade civil como a esfera pública - ou seja, as arenas em que os cidadãos falam um ao outro sobre as grandes questões do dia e chegam a algum consenso político." (2013: 2) Uma académica bastante citada na literatura sobre sociedade civil, especialmente no que diz respeito à sociedade civil global, é a Mary Kaldor. Ela define a sociedade civil como "o meio através do qual um ou vários contractos sociais entre indivíduos, ambos homens e mulheres, e os centros políticos e económicos do poder são negociados e reproduzidos". (2004: 67)

Enquanto uma grande parte da discussão histórica do conceito de sociedade civil (como por exemplo os clássicos como Hobbes, Locke e Ferguson, bem como teóricos mas recém com Marx e Gramsci) se focaliza numa definição, ou pensamento, da sociedade civil como uma "cola" que garante a coesão da sociedade; (Kaldor 2004) a literatura contemporânea parece não se focalizar nesta questão da coesão. Apesar das vastas e diversas discussões sobre a definição da sociedade civil, em grande medida focalizadas na questão sobre que tipo de organizações (formais) devem ser incluídas e excluídas da definição, a maior parte da pesquisa parece não questionar o ser da sociedade civil; e que faz essas associações uma parte, ou ainda mais, uma parte fundamental da sociedade civil.

Gramsci, como um dos exemplos dos pensadores sobre sociedade civil nas primeiras décadas do século XX, olhou sociedade civil como uma parte da supra-estrutura da sociedade, junto à sociedade política, e chave para a construção da hegemonia civil (ligando à hegemonia política) e a criação e/ou mudança do "senso comum" (*common sense*). (Thomas 2010) Porém, a literatura contemporânea preocupa-se menos com estas discussões mais profundas sobre a mudança da hegemonia da sociedade, e mais naquilo que os actores da sociedade civil fazem ou não fazem. Observa-se que isto leva muitos académicos e escritores da sociedade civil a um compromisso fundamental; mesmo que seja explicitamente reconhecido que eles não são legítimos representantes da sociedade civil, cidadãos e comunidades, dependendo da escolha do escritor, há uma tendência para continuar a análise de qualquer maneira, como se fossem.³ Como descrito na secção abaixo sobre a sociedade civil Moçambicana, esta lógica é também usada pela comunidade doadora em Moçambique

Holzscheiter (2011) afirma que as OSCs são geralmente vistas por si mesmos, bem como pelos decisores e doadores, como atores que vão fechar lacunas de representação na governação local e

³ Veja por exemplo Godsäter (2013) que tem um quadro teórico extenso sobre a sociedade civil, onde conclui-se que as ONGs (na África do Sul) são, em grande medida, construções estrangeiras pró-ocidentais, compostas por residente em áreas urbanas para além do alcance da maioria da população, excluindo, portanto, as organizações rurais e comunitárias com vínculos mais fortes com a maioria, ele também afirma que essas mesmas ONGs são um dos (três) atores mais relevantes a nível regional. Um outro exemplo é Fernando (2011), referido abaixo, que apesar duma crítica dura contra as ONGs, argumenta que "não devemos ignorar o potencial de ONGs para funcionar como espaços para o desenvolvimento de ideias e práticas contra-hegemónicas." (2011: 241)

global, mas que esta função de representação é facilmente abusada. Ela questiona a legitimidade pública das OSC e argumenta que um número bastante limitado de interesses são representados e, portanto, o factor de diversificação da participação das OSCs, acaba sendo ilusório. Holzscheiter afirma que é no "terreno anárquico da sociedade civil que a ligação entre os reconhecidos como representantes e aqueles cujos interesses e destinos estão sendo representados, é menos regulado, isto é, em muitos casos, não dependem de um mandato público ou no consentimento dos povos a ser falado por outros. É neste contexto que, mais recentemente, as fontes de autoridade e legitimidade das OSCs têm vindo a ser examinado mais de perto, assim como os mecanismos com os quais visam assegurar a responsabilidade mais directa de seus eleitores ou "tomadores de política". Prestação de contas, a este respeito, refere-se ao processo de "dar conta de" àqueles directamente afectados pelas actividades da organização." (2011: 176)

Pode-se argumentar que as pessoas pobres continuam a ser marginalizadas, que as ONGs não estão representando "os pobres" de uma forma autêntica e que dão as pessoas, que consideram representar, uma voz verdadeira. Nyamagasira escreve: "Se o desejo é o de injectar a voz dos sem voz, tradicionalmente, essa voz deve ser ouvida claramente antes que possa ser claramente articulada". (1998: 301) Legitimidade é frequentemente utilizada em contextos políticos (*policies*) e assim sendo, vem ligada à advocacia e representação, como alguém que tem o direito de agir e participar. Legitimidade das organizações da sociedade civil, especialmente no trabalho de advocacia, é muitas vezes considerada baseada nas questões de representatividade. (Lister 2003)

Jai Sen destaca que "por alguma razão, quando falamos de" poder "nos referimos automaticamente para o estado ou o mercado", sublinhando a necessidade de investigar o "poder dentro do mundo não-estatal e os atores não-estatais [...] Eu olho em como não-estatais, cooperação civil tende hoje para corporação global e corporativismo hegemónico - e longe de cooperação; e defendo que essa tendência está ligada ao papel histórico da sociedade civil". (2007: 53) Sen argumenta que a sociedade civil é "uma sociedade ou comunidade governada pelas normas de civismo; a secção da sociedade que se tornou - no seu próprio termo, e por sua própria definição - "civilizado". Por definição, na tal sociedade, não há nenhum espaço para desvios, para seções que não seguem as regras para ser civilizado, o que é uma regra que por sua vez é definida por aqueles que se consideram civis e civilizados. Ao contrário, os civilizados sentem-se ameaçados por aqueles que não se conformam (e que, portanto, classificam como "anti-social", "desviantes", "selvagem" e "incivil") [...] é a tarefa histórica daqueles que assumem esta classificação para si, de "civilizar" a sociedade e estabelecer a ordem civil - o que significa estabelecer a hegemonia sobre tudo e todos aqueles que eles consideram ser não civilizados". (2007: 54) Sen relaciona o não civilizado com classe. "E aqueles que constituem os não civilizados - como percebidos e estigmatizados pelos civilizados - são as classes baixas, as castas mais baixas (e os párias), e em geral as pessoas de cor, especialmente o preto, e todos aqueles com idiomas, fés e preferências diferentes daqueles que foram domesticados com sucesso." (2007: 58)⁴

⁴ A prática dessa noção pode ser encontrada, por exemplo, no *Charter Principle* do Fórum Social Mundial, que exclui explicitamente os grupos militantes ou grupos que defendem a violência política. (Gautney 2010: 98) Nas revoltas de pão em Maputo, os manifestantes usaram violência. Como será relatado na secção sobre as percepções dos manifestantes mais abaixo, a questão do uso de violência acaba sendo central para entender as perspectivas dos manifestantes sobre a sua cidadania e participação. Também é uma das poucas intersecções entre as ONGs e os manifestantes como várias ONGs condenaram oficialmente a violência.

Despolitização e supressão de interesse de classes

Kamat (2004) questiona equivaler a sociedade civil com as ONGs. Ela argumenta que fazê-lo, cria uma versão de democracia que está alinhada com e que contribui directamente para os interesses capitalistas neoliberais globais, por ser uma parte obediente no jogo maior, assumindo os papéis e preenchendo as lacunas da forma que se espera deles. Kamat descreve um "flip-flop" em percepções dos respectivos papéis do Estado e da sociedade civil, onde as ONGs no presente discurso são considerados capazes de ir além dos interesses privados e prestar contas aos interesses de bem-estar geral das populações. (Kamat 2004)

Kamat enfatiza a despolitização das OCBs (Organizações Comunitárias de Base), afastando-se do trabalho da mudança social, em troca duma abordagem técnica ou administrativa e apolítica. (Kamat 2004: 170) Empoderamento e bem-estar tornaram-se conceitos individualizados e entendidos como capacidade (ou vontade ou iniciativa) para maximizar os benefícios (individuais) de recursos existentes. A despolitização também é destacada por Pearce (2010), afirmando que ao tomarem uma posição de colaboração entre as classes, focalizando nos espaços locais em vez de lutas de classes nacionais, as ONGs correm o risco de dividir, confundir e desarraigar os movimentos populares. Pearce argumenta, com base nos pensamentos de Marx sobre a infidelidade da classe média no processo da mudança social, que as ONGs “são incorporadas num dilema estrutural, no qual eles podem fazer escolhas, que não estão disponíveis para as pessoas que elas pretendem defender”. (Pearce 2010: 631)

Da mesma forma, Fernando afirma que as ONGs falsamente alegam que desafiam a acumulação de capital, mas que as ONGs realmente não defendem mudanças que requerem uma transformação do Estado capitalista. Fernando afirma que as intervenções das ONGs são respostas a crises capitalistas, mas que as ONGs não fazem nenhuma tentativa, de atribuir os problemas ao capitalismo. ONGs se tornam perfeitamente compatíveis com o capitalismo. (2011) Fernando afirma que as intervenções das ONGs em áreas presumivelmente políticas como por exemplo boa governação e empoderamento, estão de facto a contribuir para a supressão e desarticulação de uma consciência política que iria desafiar seriamente as políticas neoliberais, das quais as ONGs em si são uma pedra angular. O objectivo dos projectos de desenvolvimento que visam promover a boa governação é, segundo Fernando, “garantir que o Estado e as ONGs funcionem de uma forma consistente com as políticas neoliberais.” (2011: 237) Assim, mesmo que as ONGs protestem contra os governos e corporações “os imperativos fundamentais do capitalismo não se tornam o objecto de seu protesto. [...] Esta é a lógica governativa neoliberal como a boa governação.” (2011: 275)

Contexto moçambicano das manifestações

As manifestações violentas comumente designadas por revoltas do pão tiveram lugar em dois momentos distintos, porém em um contexto bastante similar. A similaridade verifica-se sobretudo pelo facto de elas se terem dado uma após a outra num intervalo de dois anos, refira-se 2008 e 2010, sendo que neste período não se notaram mudanças significativas no âmbito político e económico. No âmbito social muito provavelmente tenha havido mudanças quer ao nível de consciência política como sócio económica influenciadas pelos sucessivos discursos políticos optimistas por um lado a respeito da economia e desenvolvimento, e por outro lado a cada vez mais distanciação entre a classe da elite política e económica e o povo, ou seja, a classe operária e povoados no geral.

Contexto Político

Moçambique gozava de 33 anos após a proclamação de sua independência alcançada em 1975 quando se verificou a manifestação violenta de 2008. A primeira de gênero teve lugar em 1993, após o advento da paz, na aurora do processo de liberalização económica, quando os transportadores semicolectivos de passageiros decidiram aumentar o preço por viagem em 100% (Chaimite, 2014). Embora tenha se registado um período anterior a este de fome severa compreendendo o período de 1983 a 1985, desde a independência até 1993 não parece haverem registos de manifestações similares.

Após 1993, passaram-se 15 anos até o período em que se registaram manifestações populares de carácter violentas em 2008. Depois deste ano, registaram-se em períodos subsequentes manifestações violentas e focos de manifestações violentas em 2010 e 2012 respectivamente. As primeiras manifestações do período em estudo tiveram lugar no ano 2008, em 5 de Fevereiro. Inesperadamente as manifestações aconteceram num momento em que já se passavam cerca de 3 anos das últimas eleições gerais em que Armando Guebuza fora eleito presidente da república com 64% dos votos contra 32% do seu principal opositor Afonso Dhlakama, e a Frelimo com 56% contra 27% da Renamo (de Brito 2008). Refira-se que nestas eleições o nível de abstenção tinha alcançado os 64%, o que levou alguns pesquisadores a questionarem a legitimidades das mesmas (Francisco, 2008) porém, sem suscitarem bastante eco.

A tónica dominante da presidência de Armando Guebuza foi o “combate a pobreza”⁵. Este *slogan* dominou desde as suas campanhas eleitorais até às presidências abertas. Importa referir que a “presidência aberta” foi o seu modelo de governação, também intitulado “Presidência Aberta e Inclusiva” que consistia na realização de um périplo pelo país ao nível dos distritos para realização de comícios e auscultações públicas. Nestas presidências abertas realizadas pelo país foi sempre notório no seu discurso a repetição do *slogan* “combate a pobreza”. Aliado ao *slogan* da pobreza estavam entre os temas mais sonantes o “combate à corrupção” “e ao espírito deixa andar”.

Embora a presidência aberta tenha representado uma perspectiva de aproximação entre o governante e a população (governados), esta visão não é tão linear. Se por um lado é verdade que o Presidente da República passou a ter espaço de locução directa para o povo, o contrário não pode ser afirmado com tanta certeza. Pois na sua pesquisa antropológica, Euclides Gonçalves constata existir encenação e selecção prévia propositada dos intervenientes em representação do povo no processo de preparação da recepção presidencial aos distritos⁶. Neste contexto pode-se perceber a existência de exclusão nas chamadas presidências abertas características do presidente Guebuza, porém não comumente vistas no seu elenco ao nível das bases (Gonçalves 2013).

⁵ Ele lançou três volumes em concordância com suas linhas de orientação políticas, nomeadamente:

- i) A Nossa Missao : 'O Combate Contra a Pobreza' Vol.1. Guebuza, Armando E. 2ª ed. Maputo : Centro de documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO) 2006: 255.
- ii) A Nossa Missao : Decisao Tomada, Decisao Cumprida Vol. 2. Guebuza, Armando E. Maputo : CEDIMO 2007: 335.
- iii) A Nossa Missao : Presidencia Aberta e Inclusiva. Guebuza, Armando E. Vol. 3. Maputo : CEDIMO 2008: 410.

⁶ Entre os seleccionados normalmente figuram Membros do partido frelimo ou outros em situação relativamente cômoda e fieis ao regime de governação distrital, ou por outro lado a escolha de indivíduos que sejam previamente preparados para falar em nome do povo ou simplesmente lêr a mensagem da comunidade preparada pelos governantes locais (ao nível da administração).

O primeiro mandato de governação do presidente Guebuza foi também caracterizado por discursos optimistas que se seguiram ao boom dos recursos naturais e as elevadas taxas de crescimento económico que Moçambique vem registando. A respeito destas, Moçambique veio sendo citado na arena internacional, o que fazia com que os políticos no poder discursassem com alto nível de optimismo sobre o seu desempenho governativo, baseados nos altos níveis de crescimento económico e nos avultados volumes de investimentos que afluíam ao país. O optimismo não se limitava apenas as expectativas de dividendos futuros, mas incorporava em si o “sucesso económico e político” que o país já experimentava.⁷

Em 5 de Fevereiro de 2008 registam-se as então inesperadas manifestações nas cidades de Maputo e Matola num contexto pré-eleições autárquicas que viriam a se realizar em 19 de Novembro em todo país. Curiosamente em Maputo e Matola a Frelimo e os seus candidatos venceram as eleições de forma relativamente folgada. No ano seguinte, 2009, realizaram-se as eleições gerais em que o presidente Guebuza e seu partido foram reeleitos com as mesmas percentagens de votos que em 2004 em relação ao maior partido da oposição e seu candidato Afonso Dhlakama, apenas com a diferença de ter reduzido o nível de abstenção de 64% para 56% (de Brito 2009).

O optimismo político e económico continuou evidente tanto pela intitulada “vitória retumbante”, como pela robustez económica proclamada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) ao afirmarem que a tão temida crise financeira e económica⁸ mundiais não se fariam sentir em moçambique⁹. Tais aclamações feitas por prominentes figuras destas instituições foram tomadas como um dado de garantia de estabilidade e sucesso, também suportadas pela referência à conjuntura macroeconómica favorável de Moçambique neste período. Pouco depois, em 2009 os efeitos da crise económica mundial começaram a ser publicamente reconhecidos pelos governantes.

Contexto Económico

A economia de Moçambique vem registando altas taxas de crescimento económico medido pelo PIB, variando entre 7% a 9% no período de referência (Governo de Moçambique 2008). Neste contexto, o país também tem registado o afluxo de elevados níveis de investimento tendo registado só no primeiro trimestre de 2009 a aprovação de um volume de investimento de cerca de 110 milhões USD, dos quais 45 milhões decorrentes de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) (O País 2009). Se por um lado a economia de moçambique experimentava altos níveis de crescimento com crescentes e

⁷ A aclamação foi também feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD) ao afirmar em 2006 a Moçambique como “um modelo de sucesso na transição pós-conflito”. Facto que permitiu o governo de moçambique afirmar que “Moçambique continua a ser uma das nações mais favoritas dos doadores (G8)”, vide portal do governo: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/julho06/news_062_p_07_06/?searchterm=Jeffrey

⁸ Moçambique está melhor posicionado que muitos países africanos para responder ao custo dos cereais e dos combustíveis. As reservas internacionais são, neste momento, equivalentes a 8.2 meses de importações, isto excluindo as importações auto-financiadas – disse Feliz Fisher, representante residente do FMI em Moçambique: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/maio2008/notes_en_299_jun_08?searchterm=FMI++crise+financeira

⁹ Jeffrey Sachs, um prestigiado professor da universidade Columbia e Acessor do Secretario geral das Nações Unidas fez fortes declarações dessa natureza como “Moçambique – país de conquistas extraordinárias”, “não há crise económica em África”, etc.. como se vê na notícia constante da página do Governo de Moçambique em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/janeiro-2011/jeffrey-sachs-profetiza-sucesso-de-mocambique?searchterm=Jeffrey

avultados volumes de IDE, por outro lado registava-se fraca capacidade de criação de emprego, e baixos níveis de redução da pobreza.¹⁰ (Forquilha 2014; Chaimite 2014)

As expectativas por outro lado eram bastante altas pela implementação do Protocolo Comercial da Southern African Development Community (SADC) que teve seu início em Janeiro de 2008 com a abertura da região à Zona de Comércio Livre. Esperava-se com esta abertura que os moçambicanos teriam maiores oportunidades de consumo a preços relativamente baixos dado que podiam importar produtos alimentares a baixo custo dos países vizinhos com particular ênfase a vizinha África do Sul livre de direitos aduaneiros. (Sambo 2010)

Os preços das mercadorias estavam em alta, o que favorecia um clima de investimentos a indústria extrativa. Até Junho de 2011 cerca de 9 megaprojectos já tinham sido aprovados em Moçambique, estimados em cerca de 9.82 bilhões de dólares norte-americanos. Entre estes figuraram “a fundidora de alumínio Mozal (Maputo), as que exploram gás natural (Sasol) em Inhambane, e areias pesadas (Kenmare) em Nampula” (Portal do governo 2011)¹¹ só para mencionar alguns. Pode-se ainda destacar a reversão da Barragem de Cahora-Bassa para Moçambique, e as explorações de carvão em Tete (Vale, etc.). Para os políticos este afluxo de investimento foi traduzido como sucesso económico, porém seu reflexo não era sentido pelas comunidades em geral visto não terem sentido variações de renda e a contínua busca por oportunidades de emprego quase que não satisfeita.

Por outro lado, os níveis de preços na economia continuaram crescentes, porém experimentando períodos de elevadas subidas influenciadas pela crise internacional dos cereais no período 2007 a 2012. Para além da crise de preços dos combustíveis e dos cereais que tiveram um carácter internacional e se abateram também em Moçambique, os outros preços dos produtos básicos e alimentares na economia moçambicana também experimentaram variações positivas sem, contudo se verificar uma variação de rendimento das famílias de baixa renda (veja as figuras 2 e 3).

Por sua vez, este aumento de preços não compensado com a variação de rendimentos da maioria da população gerou um alto nível de sufoco económico nas famílias devido ao incremento no custo de vida. Com efeito, nos dias em que foram publicamente anunciados a subida de preços do transporte interurbano de passageiros e a subida do preço do pão, irromperam violentas manifestações populares nas cidades de Maputo e Matola em protesto contra estas subidas de preços.

¹⁰ As novas estimativas indicam uma redução da pobreza de 70% em 1997 para 61% em 2003, e uma subsequente melhoria a um ritmo inferior para 57% em 2009; a incidência da pobreza é relativamente baixa em Maputo, mais consistente a nível provincial, muito maior na área rural e mais em linha com outras dimensões da pobreza. (Boom 2011)

¹¹ http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/janeiro-2011/jeffrey-sachs-profetiza-sucesso-de-mocambique?searchterm=Jeffrey

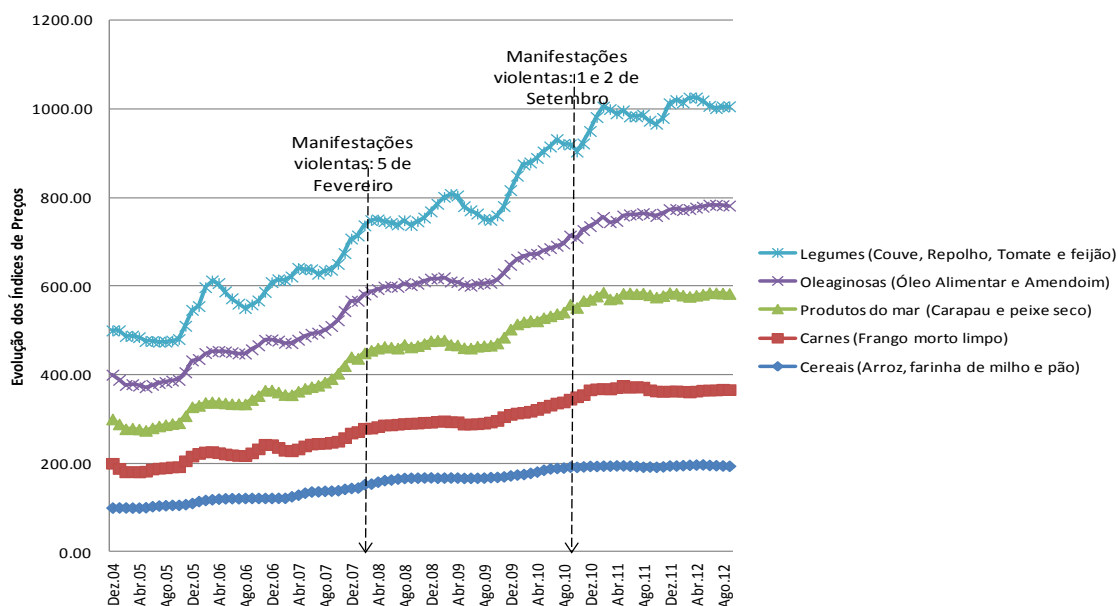


Figura 2: Evolução dos Índices de Preços ao Consumidor dos Principais Produtos Alimentares em Maputo-Cidade, Dezembro 2004 a Dezembro 2012.

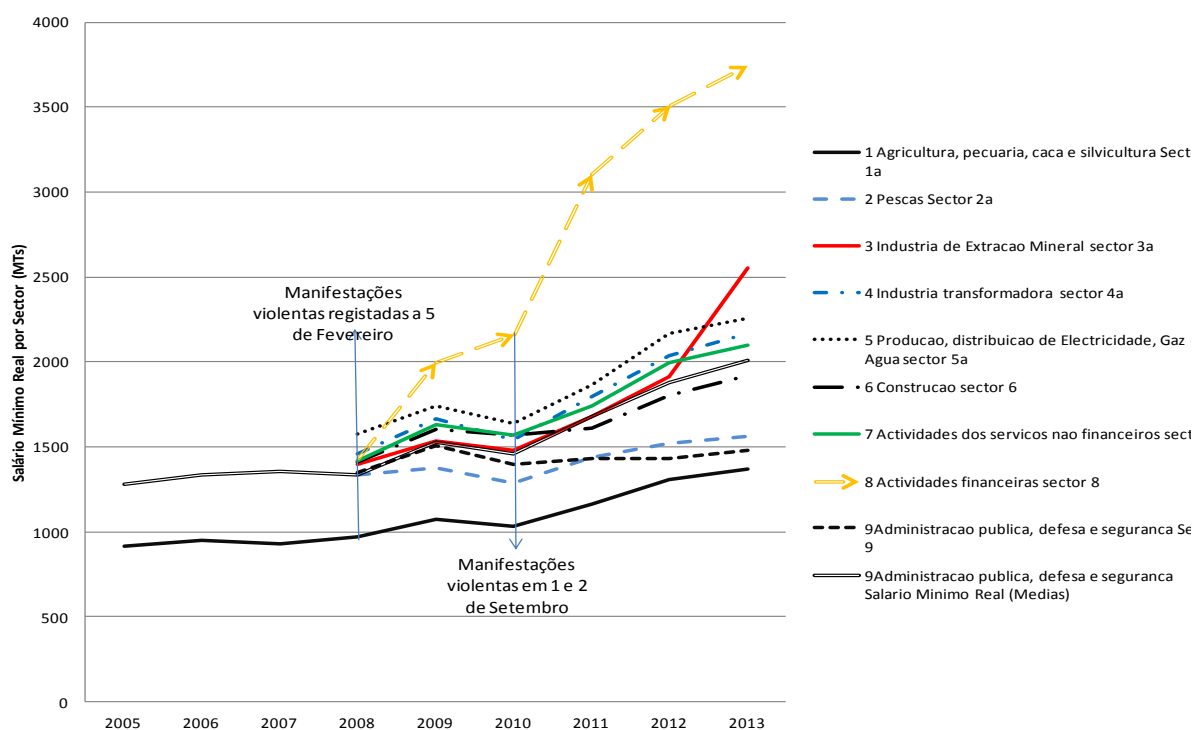


Figura 3: Evolução dos Salários Mínimos Reais por Sectores de Actividade em Moçambique (2005 - 2013).

Castel-Branco (2010) argumenta que Moçambique é uma economia extractiva, e dá seis características do conceito, nomeadamente: 1. Produção e comercialização de produtos primários e processamento limitado, tudo para exportação. A economia como um todo é caracterizada pelo primeiro passo na cadeia de valor; 2. Os mercados domésticos são fragmentados e as ligações entre os sectores são fracas. O país exporta bens não processados e importa bens processados; 3. A expansão

do mercado depende da exportação de produtos primários. A expansão é constantemente interrompida por crises, mas pode ser salva se outros recursos externos, como por exemplo a ajuda ao desenvolvimento, estiverem disponíveis; 4. Profundas desigualdades entre regiões e grupos sociais em termos de acesso a oportunidades e riqueza. A desigualdade é causada pela concentração do emprego em poucos lugares; 5. Os recursos sobre os quais se constrói a riqueza são em grande medida não renováveis ou renováveis mas tornados não renováveis por exploração excessiva e 6. Forte concentração de poder económico na elite política. Pois, sugere que com este padrão os investimentos estrangeiros em grande escala na extração de recursos naturais não vão trazer impactos positivos ao desenvolvimento a nível local, apesar do contributo significativo para o Produto Interno Bruto (PIB).

Vários pesquisadores alertaram que neste quadro, a agricultura familiar camponesa não tem sido nenhuma prioridade, nem do Governo de Moçambique nem dos doadores. Norfolk e Hanlon, por exemplo, escrevem: “A grande quantidade de terra oficialmente não usada levou a duas abordagens diametralmente opostas, não apenas em Moçambique, mas também em todo o sul global. Uma usada em defesa dos pequenos agricultores para aumentar o uso e a produtividade da terra. O outro para a defesa de investimento estrangeiro de plantação para se dar o passo tecnológico. Em Moçambique, a política de agências internacionais era a de reduzir apoio – e o papel do governo – para a agricultura e deixar o desenvolvimento agrícola ao sector privado. Por não haver interesse privado no sector camponês, isso levou a ênfase no incentivo de investimento estrangeiro nos finais da década de 1990 e princípios da década de 2000. Moçambique promoveu o investimento e falou que milhões de hectares estavam disponíveis.” (2012: 4)

Voltando às características dadas pelo Patel e McMichael ao regime alimentar corporativo dominante, incorporado na governação neoliberal, acima referido, parece que as análises feitas sobre a economia de Moçambique se encaixam na descrição.

O contexto da participação dos cidadãos

A nova constituição de 1990 dava lugar ao multipartidarismo, a liberdade de associação e liberdade de expressão, posteriormente melhorada na constituição de 2004, reza no seu artigo 48 que *todos os cidadãos têm o direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito a informação* (Constituição da República, 2004). Na mesma constituição, os artigos 51 e 52 garantem o direito a reunião e a manifestação a todos os cidadãos, bem como a liberdade de associação. O artigo 263 sobre princípios organizatórios, no número 2, esta defende que no funcionamento dos órgãos locais do Estado, estes, *garantem a participação activa dos cidadãos e incentivam a iniciativa local na solução dos problemas das comunidades*. (Constituição da República 2004).

Esta constituição deu lugar ao surgimento de vários partidos políticos bem como de organizações de sociedade civil independentes do governo. Pois, ao contrário das organizações da sociedade civil criadas pelo regime de partido único e alienadas ao projecto político do mesmo (como por exemplo a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM)), surgiram novas e diversas organizações não governamentais estrangeiras e nacionais de carácter humanitário, associativo, de advocacia entre outras, bem como surgiram vários órgãos de informação independentes, os quais ajudaram na divulgação de informação e na consciencialização dos cidadãos sobre os vários aspectos de índole social, económica, política e participativa (COWI, 2012; Negrão, 2003). Estes factores aliados ao desenvolvimento e disseminação das redes de comunicação e telefonia móvel despertaram cada vez mais a consciência e necessidade de prática do dever cívico de

participação dos cidadãos no processo de governação, muitas vezes não correspondidas pela maneira de actuação dos governantes. (Topsoe-Jensen et al. 2012; COWI 2012)

Oficialmente existem diversos espaços de participação do cidadão em geral e da sociedade civil organizada no processo de governação. Entre eles contam-se: os observatórios de desenvolvimento (ou de pobreza)¹²,¹³; Conselhos consultivos locais e outros constantes da lei 8/2003, Lei dos Orgaos Locais do Estado (LOLE), e do Decreto 11/2005, bem como espaços informais e reuniões de consultas comunitárias aos níveis dos bairros, localidades ou distritos nas chamadas presidências abertas. Apesar da existência dos diversos espaços de participação legalmente criados para a intervenção da sociedade civil, a participação da sociedade civil tem enfrentando diversos constrangimentos (Centro de Estudos e Desenvolvimento 2010). Para além de se esperar que a participação efectiva da sociedade civil seja feita a titulo associativo ou organizacional formal, há vários constrangimentos que são enfrentados para a formalização das mesmas (COWI 2012) como se discute na secção a seguir. Por seu turno, a percepção popular é que as reuniões de consultas comunitárias tendem a assumir uma forma de comunicação *top down*, pois as preocupações que esta levanta não têm merecido resposta visível por parte das autoridade.

Forquilha argumenta que o processo de implementação das reformas de descentralização, “ainda não teve um impacto significativo na constituição e desenvolvimento de espaços políticos locais, caracterizados por uma governação participativa, capaz de promover a nível local a cidadania, a prestação de contas, a transparência, a abertura, a capacidade de resposta por parte dos governos locais às necessidades dos munícipes e o melhoramento das condições de vida dos cidadãos.” (2008: 72)

As organizações da sociedade civil em Moçambique, participação e representação

Como na maioria dos países do mundo, a sociedade civil em Moçambique é bastante diversificada. Compreende desde os diversos grupos religiosos, sociais, étnicos, económicos e regionais, cada um destes diversos grupos apresenta uma estrutura complexa e muitas vezes não homogênea, apresentando diversas características quanto ao nível de participação e intervenção no campo de decisão política. Uma divisão que se pode verificar é entre as organizações que prestam serviços e as organizações que trabalham na área de advocacia. Porém, não é uma linha divisória absoluta. Referindo a discussão sobre o processo de despolitização na revisão bibliográfica, confirma-se este processo nas organizações prestadoras de serviços, que muitas das vezes são OCBs.

O Decreto do CM n°11/2005, art. 20 a e b), da legislação vigente regulamenta que a participação nos espaços legalmente criados para o efeito seja feita por uma “sociedade civil organizada por sectores de actividade, ou por organizações não governamentais” (Centro de Estudos e Desenvolvimento

¹² Segundo Albino M. Francisco, 2007, o Observatório de pobreza é um espaço de debate aberto criado pelo governo para debater com a sociedade civil.

¹³ O Observatório do Desenvolvimento (então denominado Observatório da Pobreza) foi criado pelo governo de Moçambique em 2003, tendo o projecto sido financiado e apoiado pelo PNUD.¹¹⁵ O Observatório faz parte dos esforços para avaliar e monitorar a implementação dos programas de combate à pobreza (basicamente, o PARPA), e trata-se de um fórum consultivo que reúne, paritariamente, representantes da sociedade civil, do governo e da comunidade doadora (vinte membros de cada grupo). Desde 2005, existem também Observatórios do Desenvolvimento ao nível provincial. (Open Society Initiative for Southern Africa 2009)

2010), legalmente registadas ou reconhecidas e que são pressionadas a fazer parte de um ministério público (COWI 2012). É daí que neste capítulo interessa reapresentar o conceito e as características da sociedade civil e as OSCs em Moçambique com particular ênfase para os aspectos de participação e representação.

Caracterização das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique

Aponta-se para dois tipos de OSCs, segundo a natureza de sua criação, existentes logo após a proclamação da independência em 1975. O primeiro tipo são as Organizações Democráticas de Massas criadas pela Frelimo¹⁴, partido estado, sujeitas a um controlo dirigista estrito; e o segundo é constituído pelas OSCs criadas pela iniciativa dos seus associados e baseadas em regime de membros¹⁵, que escapavam ao controlo estrito do Estado (Topsoe-Jensen et al. 2012; Negrão 2003). Com a aprovação da constituição multipartidária de 1990, a assinatura do acordo geral da paz em 1992 e a realização das primeiras eleições multipartidárias de 1994, abriu-se espaço favorável para o surgimento de inúmeras¹⁶ OSCs com mais liberdade de expressão em relação às que as precederam (Open Society Initiative for Southern Africa 2009).

As OSCs podem ser classificadas seguindo lógicas diferentes. Um exemplo é dividir de acordo com o seu tamanho, nível de abrangência, impacto, e capacidade de mobilização de fundos (Topsoe-Jensen et al. 2012):

- O primeiro grupo, das OSCs grandes, é constituído por uma pequena elite de organizações ou plataformas de organizações com capacidade de participar, comentar e interagir com as instituições do Estado e são convidadas para tal. Além de terem membros altamente qualificados, e bom nível de desempenho, têm também alta capacidade de mobilização de financiamento. Geralmente não têm uma base associativa, porém agem “em nome de” determinados grupos, e defendem suas causas (Topsoe-Jensen et al. 2012). De acordo ao relatório da Open Society, a maior parte destas organizações estão cedeadas na cidade de Maputo, que alberga cerca de 13% do número total de organizações, e concentra cerca de 51.6% do total de fundos destinados ao sector, empregando 52% dos trabalhadores do sector ao nível nacional. O relatório afirma ainda, que esta centralização ao nível das organizações da sociedade civil verificam-se tanto ao nível dos recurso materiais como dos recursos humanos (Open Society Initiative for Southern Africa 2009).
- O segundo grupo é constituído por um grande número de organizações de dimensão média com potencial, porém sem uma clara expressão no tocante a influenciar políticas, e com poucos recursos financeiros. Negrão (2003) chamou-as de ONGs de negócios. Muitas destas organizações funcionam em função da procura ou das oportunidades de financiamento que

¹⁴ “Foi o tempo das Organizações Democráticas de Massas (ODMs) sujeitas a um estrito controlo dirigista e exclusivas para grupo social ou sócio-profissional a que se destinavam, para a mulher havia a OMM, para os jovens a OJM, para os trabalhadores assalariados a OTM, para os professores a ONP, para os jornalistas a ONJ e assim, sucessivamente” (Negrão 2003)

¹⁵ “However, in addition to the state organized initiatives, independent developments took place, some of which dated back to the colonial era; e.g. the establishment of Christian Council of Mozambique (CCM), Cáritas de Moçambique and the national peasants’ union União Nacional de Camponeses (UNAC).” (Topsoe-Jensen et al. 2012)

¹⁶ “...existiam 4.853 instituições sem fins lucrativos não-estatais legalmente reconhecidas em Moçambique no ano de 2004. A maior parte dessas organizações fora constituída entre 1994 e 2003...” (Open Society Initiative for Southern Africa 2009)

surtem, as quais por sua vez dependem das agendas dos doadores (Topsoe-Jensen et al. 2012) Tais organizações, na sua maioria, foram constituídas em resultado da existência de financiamento, e têm como missão principal responder às agendas dos doadores que levaram à sua criação ou ainda uma forma de desenrascando dos seus membros através da criação de projectos sobre quaisquer assuntos com o objectivo único de adquirir financiamento (Negrão 2003). Deste modo, são mais to tipo prestadoras de serviços no intuito de resolver o problema de desemprego dos seus membros, embora possam incorporar na sua agenda alguns elementos de advocacia. Por outro lado, geralmente tais organizações não têm base associativa (Topsoe-Jensen et al. 2012) e no seu processo de formação orientado pela demanda desprezavam o movimento associativo local.

- O terceiro grupo é o chamado de organizações de base, as quais Topsoe-Jensen *et al* (2012) preferiram chamar de pequenas organizações, e Negrão (2003) identificou-as por movimento associativo local, ou manifestações da Sociedade Civil Moçambicana. Estas trabalham ao nível provincial e geralmente distrital, com limitada capacidade intelectual e interventiva, e com pequeno número de associados ou funcionários. Tendem a ser conhecidas apenas ao nível da zona em que funcionam, e revelam-se ao serviço dos seus membros num âmbito sectorial específico de comum interesse dos associados. Por outro lado enfrentam constrangimentos de ordem financeira para fazer face às despesas básicas do dia-a-dia (Topsoe-Jensen et al. 2012).

A distribuição territorial destas organizações é bastante irregular e desigual, de tal modo que 70% destas situavam-se em apenas 5 províncias, Nampula, Gaza, Inhambane, Maputo cidade e Maputo Província respectivamente por ordem decrescente. Relativamente à abrangência, suas actividades são geralmente localizadas. A maioria das OSCs concentra os seus serviços nas suas comunidades locais ou nos distritos, apenas cerca de 5.7% delas é de abrangência nacional (Open Society Initiative for Southern Africa 2009). À semelhança do Estado moçambicano, as OSCs dependem significativamente do auxílio externo e da assistência ao desenvolvimento internacional. Segundo o relatório da Open Society, 71.2% dos fundos recebidos pelas organizações provêm de países estrangeiros. O relatório também revela que das receitas totais partilhadas entre as organizações, as ONG's estrangeiras recebem 54,6%, embora elas correspondam a apenas 3,9% das organizações em operação no país (Open Society Initiative for Southern Africa 2009).

Na revisão bibliográfica acima, foi referida a prática dos doadores de “construção da sociedade civil” bem como o conceito de “construção de cidadania”¹⁷ e verifica-se que este raciocínio é aplicado pelos

¹⁷ Um exemplo, entre muitos, é o programa Construindo Cidadania em Moçambique cujo objectivo “é a construção da cidadania que visa empoderar os cidadãos e as sociedades civis. A IBIS quer contribuir para que surjam cidadãos e organizações que representem os seus interesses, que participem e influenciem o processo democrático no sentido do desenvolvimento social, económico e político da sociedade moçambicana.” (Ibis 2014) Uma parte considerável da literatura académica que trata do conceito de cidadania liga isto ao papel do sistema de educação na promoção de cidadania. Porém, também uma parte da literatura sobre sociedade civil relaciona-se com o conceito. Durante uma entrevista, realizada em Abril de 2014, com dois professores de educação primária em Ribaué, a questão sobre o papel da educação na promoção de cidadania foi discutida. Ambos começaram a ensinar durante os primeiros anos de independência. Disseram que depois da independência, a educação política foi introduzida como uma forma de promover o Partido e criar engajamento entre as pessoas e o partido. Isso mudou no final da década de 80 e início da década de 90, quando o sistema multipartidário foi introduzido. Em seguida, a educação cívica foi introduzida. Segundo os dois professores isto era algo bastante diferente, se concentrando mais na educação moral, na família, mas também nos valores culturais. Os moçambicanos são referidos como povo, em vez de como sujeitos. Com a introdução do sistema multipartidário, já não era possível falar de cidadania no sentido de uma participação activa das pessoas dentro do partido. Porém, esse “espaço vazio” em termos de promoção da

doadores em Moçambique. A definição da sociedade civil das agências doadoras concentra-se principalmente nas organizações modernas, urbanas ou de centro, com base de membros limitada e com um nível relativamente alto de capacidade técnica.¹⁸ Organizações informais e tradicionais da sociedade civil e acção colectiva são excluídas do acesso aos espaços reservados para a sociedade civil, bem como de oportunidades de financiamento. Vários académicos têm criticado as definições neoliberais prevalentes que igualam sociedade civil com ONG. Alguns exemplos são Negrão (2003) e Åkesson e Nilsson (2006), embora o impacto destas nas políticas dos doadores e o trabalho real das ONGs tem sido muito limitado.

Åkesson e Nilsson argumentam “que é possível distinguir entre o tipo de organizações que normalmente vemos como ONGs e as formas de actividades institucionalizadas no seio da população, que não têm nenhuma, ou poucas, expressões organizacionais de superfície. Talvez fosse pertinente falar sobre as primeiras como OSCs superficiais e sobre as segundas como OSCs profundas. Se essa distinção for válida, teríamos de concluir que quase todos os recursos de desenvolvimento hoje são canalizados para a sociedade civil superficial e suas organizações, e quase nada é dedicado ao desenvolvimento de instituições de auto-organização das pessoas na sociedade civil profunda. [...] Existe mais uma distinção, que muitas vezes escapa à atenção. Afectada pela abordagem neoliberal à sociedade civil, a comunidade internacional vê frequentemente todas as formas organizacionais que são ‘não-estatais’, como sendo boas representantes da sociedade civil.”¹⁹ (2006: 68-69)

A escolha preferida pelos doadores de apoiar a sociedade civil superficial tem um impacto sobre o equilíbrio de poder. A seleção das organizações locais que são elegíveis para apoio é um forte instrumento de poder, visto que isto tem obviamente um impacto no equilíbrio do poder local no ambiente à volta dessas organizações. (Åkesson e Nilsson 2006, Negrão 2003) Negrão argumenta: “O legado mais pesado e difícil de remover das ONGs do Norte durante este período, foi a ideia de que as ONGs por elas criadas são o alfa e o ómega da Sociedade Civil Moçambicana. Na maior parte dos casos, porém, não são nem uma coisa nem outra, não se tratam nem de instituições de intermédio nem de instituições intermediárias, acabando por ser um híbrido no seio da Sociedade Civil com características de empresas de prestação de serviços.” (2003: 3)

Participação e representação

Do que se pode depreender da literatura, é crítica a ênfase dada à questão de financiamento quando se trata das OSCsmoçambicanas ou em Moçambique. Os relatórios enfatizam a questão financeira como pertinente, porém reflectem claramente o peso deste assunto na vida das organizações. Se por um lado existe uma grande maioria delas cujo surgimento foi na perspectiva orientada para a busca de financiamento (Negrão 2003), existindo até ao período actual sob a mesma lógica de actuação e nalguns casos com pequenas metamorfoses, por outro lado, existem organizações relativamente mais

cidadania não foi substituído por outra coisa. Os professores acreditaram que a nova abordagem tem um ponto forte na sua partida nos valores culturais e morais da sociedade moçambicana, mas um ponto fraco em não ser capaz de promover a participação política activa e cidadania.

¹⁸ Examinando a documentação sobre apoio à sociedade civil, parece haver uma tendência de ter definições da sociedade civil bastante abrangentes mas que, na prática, a implementação da definição acaba sendo limitada por “questões técnicas”, tais como critérios para financiamento. No final, esses critérios, e não definição, parecem ser mais decisivos.

¹⁹ Continuam: “Contudo, muitas das organizações que nós nos países em desenvolvimento aceitamos como ONGs seriam nos nossos próprios países classificadas como uma espécie de ‘fundação’, ou em certos casos mesmo como empresas de consultoria.” (Åkesson e Nilsson 2006: 69)

estáveis e com focos bem definidos e independentes das agendas externas, que fazem trabalhos de elevado impacto na sociedade (Topsoe-Jensen et al. 2012), porém, sendo altamente dependentes do financiamento externo para o seu funcionamento. O que nalguns casos suscita nelas o anseio pela visibilidade e com isso a competição contra outras OSC's suas pares, reduzindo a possibilidade de trabalho conjunto que poderia resultar em maior impacto.

O facto de a dependência externa destas organizações ser de certo modo generalizado mina a sua representatividade. Geralmente as organizações prestam contas aos respectivos doadores da mesma forma que os procuram agradar, rompendo muitas vezes a ligação com as bases. Deste modo, a definição dos seus objectivos, metas e estratégias dependem unicamente das agendas daqueles ou da capacidade dos seus membros em identificarem agendas relevantes e atraentes, porém, muitas vezes sem a participação daqueles a quem se visa responder. Por conseguinte, a mobilização destes para o exercício de pressão ao governo bem como para posterior usufruto das “causas vencidas” se torna em trabalho árduo e muitas vezes inútil. São exemplos disso a já aprovada “lei sobre a violência doméstica” como se vê no relatório dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca (COWI 2012; Topsoe-Jensen et al. 2012), e a tão advogada “lei de direito humano a alimentação” até ao momento não aprovada e desconhecida pela maioria dos cidadãos de baixa renda nos bairros periféricos da cidade de Maputo²⁰.

Com a falta de representatividade, também se alia a fragilidade na sua própria participação aliada à questão da ilegitimidade. Embora advogando questões relevantes e pertinentes para a população que se prezam representar, a falta de mobilização e envolvimento destas populações debilita a capacidade de actuação das respectivas OSCs. Na medida em que os actores da SC tentam advogar por causas sociais que confrontem ou critiquem a posição do governo, são geralmente confrontados com acusações de pertencerem a oposição e consequentemente são “ilegalizados”²¹ (COWI 2012; Topsoe-Jensen et al. 2012). Por outro lado, a falta de representatividade das organizações distancia a sociedade civil no entanto que indivíduos em geral supostamente representados, das respectivas OSC's que os deviam representar. Quer por desconhecimento ou por falta de confiança nelas, bem como na lei e nas instituições jurídicas, os indivíduos não expõem os seus problemas a estas, não encontrando também outros espaços de participação por onde os expôr devido às práticas intimidatórias usadas pelas autoridades governamentais como se vê no seguinte trecho:

“Os cidadãos e a SC consideram as instituições políticas intolerantes ao diálogo e à discordância. A limitação não é legal nem formal, mas consiste antes em constrangimentos e intimidação social e psicológicas que produzem sentimentos de inibição, medo de represálias e desconforto emocional. A quase total restrição no acesso à informação e as práticas intimidatórias utilizadas pelas autoridades governamentais, principalmente ao nível do governo local, vêm aumentar o medo das partes interessadas da SC de participar no diálogo sobre políticas.” (COWI 2012: 32)

²⁰ Nenhum dos entrevistados em três bairros periféricos (Ferroviário, Chamankulo, e Machaquene) revelou ter conhecido ou ouvido falar, alguma vez, sobre a existência ou proposta dessa lei. A proposta de lei foi avançada pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) com a colaboração da FAO, a qual foi discutida e apoiada pela Rede das Organizações de Soberania Alimentar (ROSA).

²¹ Ser “ilegalizado” Segundo o relatório da COWI significa a perda de proteção policial em caso de assédio ou ataques; ou ainda na perda de trabalho, etc.. Pode, portanto, ser entendido como desmerecido de proteção ou dado por controverso e réprobo.

Encontra-se em vários documentos de doadores à sociedade civil o mesmo compromisso que foi comentado na revisão bibliográfica, que académicos da sociedade civil fazem quando, mesmo que seja explicitamente reconhecido que as ONGs não são legítimas representantes das cidadãos e as comunidades, continuam o argumento como se fossem. Um exemplo disso é um estudo que a DFID (2008) realizou. É uma avaliação abrangente sobre "voz e responsabilização dos cidadãos" (*citizens' voice and accountability*) em Moçambique. O objectivo da avaliação foi o de avaliar uma selecção de sete estudos de caso (intervenções cooperação para o desenvolvimento), contra os objectivos pretendidos. A avaliação concluiu que, em geral, tinham sido bem-sucedidos no cumprimento de seus objectivos que em suas formulações foram alvo "voz e responsabilização dos cidadãos". Entretanto, o que não foi discutido é a questão mais fundamental se essas intervenções tiveram as condições para e, em seguida, deu qualquer resultado em termos de voz e responsabilização dos cidadão, incluindo a questão crítica sobre a legitimidade e representatividade da sociedade civil dos cidadãos. As OSCs são consideradas relevantes, legítimas e representativas e, portanto, se forem bem sucedidas; a voz e responsabilização dos cidadãos é maior. Além disso, nenhuma das intervenções seleccionadas pertence a uma organização com uma vasta base de membros, pois nenhuma tem mecanismos de responsabilização interna a uma base de membros abrangente, portanto, essa questão não é discutida, uma vez que não está dentro do escopo da avaliação. Na avaliação explica-se que, devido a limitações de tempo, há um fraco foco rural. Mas, embora as áreas rurais são, onde até 80 por cento dos cidadãos vivem, ainda não impede a avaliação de tirar conclusões sobre a voz do cidadão e prestação de contas em geral em Moçambique. Assim, fazendo a excepção do geral, enquanto o general está sendo ignorado.

Estes e outros constrangimentos enfrentados pela sociedade civil em geral e as organizações da sociedade civil em particular podem ter estado na origem dos violentos protestos sociais registados em 2008 e 2010. Até ao momento ninguém assumiu publicamente ter encabeçado aquelas manifestações, que para além de violentas tiveram um carácter desordenado e não foram encontrados possíveis organizadores, como intentavam os governantes. "A este tipo de movimento espontâneo de ação da sociedade civil, que é dado pouca ou nenhuma atenção pela sociedade civil estabelecida ou pelos parceiros de desenvolvimento, é considerado como uma categoria adicional à SC moçambicana. Esta categoria é considerada uma potencial ameaça e não construtiva na sua forma de exprimir insatisfação" (COWI 2012). Porém, pode ser uma das exiguas alternativas de expressão da sociedade civil dadas a não representatividade das OSCs e o clima de hostilidades instaurado pelas autoridades governamentais à outras formas de reivindicação.

As percepções dos manifestantes

Segundo os manifestantes entrevistados, a situação económica deles tende a ir de mal a pior e isto foi uma das principais razões porque decidiram participar nas manifestações. Porém, uma examinação das argumentações deles cria uma imagem das razões mais profunda e complexa, que abrange efeitos de mudanças estruturais ao longo prazo, sentidos de desespero perante a possibilidade de influenciar a sua própria situação e uma sensação de um fosso muito grande entre os que têm e os que não têm na sociedade. Pois, voltando aos três factores que desencadeiam (*triggers*) as revoltas de pão, todos se manifestam nas conversas: primeiro a subida dos preços dos produtos e serviços básicos e ao mesmo tempo redução dos rendimentos (*entitlement gap*); segundo a falta de possibilidade de ser ouvido e de influenciar a sua própria vida; terceiro a observação que enquanto o sofrimento da população está a piorar, o bem-estar da elite política e económica tende a aumentar. Nesta secção apresenta-se as

percepções dos manifestantes através do uso compreensivo de citações das entrevistas. Respeitando a forma dos manifestantes de se manifestarem, os factores 1 e 3 serão referidos em conjunto, seguidos pelo factor 2.

Entitlement gap e agravamento da desigualdade económica

Os manifestantes confirmam que a razão pela qual as manifestações ocorreram naquela data, foi o aumento dos preços de serviços e produtos básicos como: pão, transporte, energia e água. Isto num tempo onde as pessoas verificam os seus rendimentos estagnados nos mesmo níveis ou até a baixarem. Expressam que estão cansados do sofrimento e da deterioração que se faz sentir ainda mais nos últimos cinco anos. Um manifestante residente no Bairro Trevo conta: “Nos últimos cinco anos, para um simples cidadão sem mecanismos de sobrevivência, a pobreza aumentou porque o acesso aos meios financeiros neste país não é coisa fácil. Se não tens ninguém lá no topo, não podes fazer nada, aliás nem coragem tens de procurar esses dinheiros nem no banco e muito menos aqueles sete milhões que se falam.” nade forma similar, um outro manifestante residente no bairro da Matola afirma: “A vida financeira do meu bairro nesses últimos cinco anos piorou para os que não têm, os que têm por exemplo a esforço próprio, fazem tudo para manter o que têm, subir não é possível porque a riqueza está num pequeno grupo de moçambicanos que têm poderes de tudo.”

Como mostram as citações acima, quando os manifestantes descrevem a deterioração do seu nível de bem estar, relacionam com os aspectos da desigualdade. Ou seja, os cidadãos estão conscientes que em Moçambique riqueza está sendo criada, porém, que esta somente beneficia um número reduzido de pessoas na sociedade. Ao exemplo disso, um outro residente da Matola A ilustra como esta desigualdade e injustiça é vista e sentida : “Olha, a distribuição das riquezas é desigual e por isso, é claro que haverá sempre diferenças os ricos cada vez mais ricos e em contrapartida, os pobres a empobrecerem mais ainda. A injustiça está a vista e não precisa de alguém com muitos conhecimentos para perceber isso. O nível de pobreza aumentou dum jeito que não fazes noção. Algum tempo anterior, a vida não era tão difícil, aliás, produzia-se internamente e os dirigentes que tínhamos, estavam a altura mas esses nossos de hoje, tudo é para eles e mais ninguém.”

No geral, os manifestantes confirmam não somente uma deterioração da qualidade de vida mas também sentem um aumento na desigualdade. Para eles, tanto a precariedade de vida quanto a desigualdade chegaram a níveis inaceitáveis e insuportáveis. Ilustrações disso provêm dos discursos dos manifestantes, como se segue: “Eles sim, são ricos e continuam ricos. A manifestação não era para mudar para que todos ficássemos ricos porque não é possível, mas manter o mesmo nível de sofrimento e não aumentar.” (Um jovem residente na Matola A.) “Há injustiça porque as coisas são desigualmente distribuídas, ou nem há distribuição, não distribuem nada e tudo é só aqui em Maputo e outros que se danem, é assim que pensam esses da Frelimo, os chefes. Mesmo com os preços anteriores, nós continuamos muito pobres, aumentar não é piorar? É injustiça geral porque nós somos esquecidos, eles sempre com muita riqueza e nós sempre pobres.” (Um outro residente na Matola A).

O sentido de frustração em relação às tão almejadas promessas de um “futuro melhor” também se deixa transparecer entre os manifestantes. “Nós continuamos pobres na mesma e até quando assim? Eles falam muito só, e nós? Sempre esperamos porquê? Sempre é futuro melhor nunca é presente melhor, não acha senhor jornalista!” diz um residente na Matola. Esta promessa de futuro melhor até hoje mencionada em tom de frustração pelos populares foi o principal *slogan* de campanha do antigo presidente da Republica, Joaquim Chissano.

Os manifestantes expressam uma sensação de abandono pelos políticos em geral e pela Frelimo em particular. Porém, verifica-se nas entrevistas uma relação complexa entre os manifestantes e a Frelimo, onde eles afirmavam categoricamente que a solução não passava necessariamente por trocar o partido no poder, mas sim de mudar o comportamento do partido em geral, com maior ênfase para o comportamento do presidente. Os manifestantes expressaram desapontamento com a Frelimo, tanto num horizonte temporal curto que não cumprem o que prometem nas campanhas eleitorais, como num horizonte mais longo olhando os valores da Frelimo como o partido libertador e também referindo os tempos de Samora.

É por essa razão que enquanto alguns usam da manifestação como mecanismo de persuasão ao governo para mudança de atitude, outros há que se servem do mesmo meio para expressar sua frustração. A título ilustrativo, alguns dos discursos de manifestantes entrevistados atestam isso como se segue: “As manifestações podem ser entendidas como repúdio, como quem está descontente com o governo da Frelimo e por conseguinte, as pessoas estão desiludidas e para não esperar só as próximas eleições, dá começar a simular-lhes para terem consciência; se forem a lidar desta maneira, podem não ganhar outra vez; é um sinal para governarem bem se não as pessoas não vão mais confiar neles para próximos pleitos eleitorais. Pode até não ser como tirar-lhes do poder político, mas mudarem de atitude dos seus dirigentes do partido.” Diz uma manifestante da Matola A. Outra manifestante de 19 anos no seu desespero afirma: “Paciência, dizer que dias melhores virão, nem esperar porque nessa altura, os que vão suceder, vão querer roubar e fazer do povo como palhaços.” Um outro manifestante de 33 anos vivendo na Matola A disse:

“Algumas pessoas acreditam que é uma maneira de criticar este governo e se calhar, optar por outro partido seria ideal, mas eu não acredito muito nestas pessoas que pensam assim. É claro que pode-se mudar, mas não passa necessariamente em mudar porque por fim, as pessoas comportam-se de igual maneira. É sim questão partidária, o partido Frelimo já deu o que podia dar e já não respeita as pessoas, toma decisões como se não existissem as pessoas que lhes votaram para ganhar. Alterar não vai ser fácil, na minha maneira de ver, seria de encontrar um outro presidente interactivo e não ser o mesmo ao mesmo tempo como presidente do partido, misturam as coisas e tudo fica confusão e como consequência são greves atrás de greves, quantas greves já aconteceram em pouco tempo com Guebuza? Chissano quanto tempo governou e quantas greves já aconteceram? O que sei nenhuma, por isso, acho que é um descontentamento total com este governo que só querem eles ter tudo para o bem deles somente.”

No entanto, há também opiniões contestatárias bastante fortes contra o actual regime no geral e contra o presidente em particular e suas atitudes. Tais opiniões tendem a revelar um elevado nível de desgaste na confiança destes em relação aos dirigentes, apesar da sua aparente ligação histórica ou simpatia. Um manifestante, por exemplo, disse: “Se tivesse que voltar a votar novamente, não tenho certeza se votava para ele de novo, não há nada de especial neste camarada, é muito arrogante.”. Há entre os manifestantes, quem conte que as manifestações que tiveram lugar no dia 5 de Fevereiro de 2008, foram para fazer uma afirmação clara que o povo não está a concordar com o caminho do partido e com a arrogância do presidente. Vários entrevistados fizeram comparação com os tempos mais pacíficos do presidente Chissano. Mas outros têm a sensação que todos os políticos são iguais, independentemente do partido a que pertençam. Entretanto, é importante notar que grande parte dos manifestantes entrevistados afirmaram ter votado na Frelimo e em Guebuza nas últimas eleições.

As citações anteriores permitem compreender que, para os manifestantes, a percepção é que há uma mistura entre o poder político e económico no país. No que se pode perceber deles, a riqueza ou poder económico não está dissociado do poder político. É daí que, em tom de desespero e repúdio, uma manifestante residente no bairro Trevo afirmou: “Meu irmão, vamos ser realistas, neste país quem tem, tem e terá sempre e se não tens, nunca terás mais. Os ricos são sempre ricos e pobres sempre pobres. É a vista que é uma contestação contra as pessoas que lideram este partido, a partir do próprio presidente Guebuza. As pessoas que viveram na altura de Samora, dizem preferir aquele tempo porque as coisas não eram como são agora.”

Falta de possibilidade de ser ouvido e de influenciar a sua própria vida

Houve vários incidentes de violência durante as manifestações e foram estragados carros, lojas, estradas e centros comerciais. Ouvindo as motivações dos manifestantes sobre o uso de violência, fornece uma compreensão sobre como eles vêem as possibilidades de influenciar a sua vida no dia-a-dia bem como à situação geral do país. Assim sendo, seguem várias citações sobre a função da violência.

Os entrevistados afirmam que sem a violência, não teria havido resultados, confirmando a visão de falta total de vias ou plataformas de influenciar as suas vidas. Um manifestante residente na Matola A disse: “Não acredito que alguma solução ia dar, alias, se fosse tão pacífica como se imagina, era por de vez esquecer que eles iam velar pelo povo que lhes elegeu. Aquela foi a única maneira de dizer que basta de ditaduras desses camaradas. É isso que eu disse, era única maneira de fazer valer o nosso pedido de apoio, já era insuportável! [...] A reacção, por outro lado, com os polícias, sabes que os polícias gostam de extorquir pessoas?! E algumas aproveitaram a oportunidade para resolver problemas que têm com a polícia, que também é pobre mas aproveitam os outros fracos e sem meios de defesa.”

Uma manifestante vivendo no bairro Trevo deu a sua opinião sobre a necessidade de violência dizendo: “O uso da violência nunca é a melhor opção, mas quando se está saturado, é só imaginar o que as pessoas são capazes de fazer. É negativo concordo, mas é uma das maneiras das pessoas se organizarem e levarem avante uma contestação, qualquer que seja, quando há violência responde-se também com agressão.”

Consta nas citações que os manifestantes ligam o uso de violência à dificuldade ou até impossibilidade de serem ouvidos pelas pessoas no poder. Um manifestante de 30 anos conta: “A manifestação foi violenta pelo desespero do povo, mas foi uma resposta da força que o governo mandou para nos intimidar e a população unida, preferimos encara-los. [...] Sem aquilo, não era possível este governo ouvir o clamor do povo que tanto precisa de ajuda deles para combater a pobreza que tanto eles mesmos falam de combater. Não iam resolver nada sem a manifestação daquele nível, assim aprendem que estão se lidando com pessoas como eles.” Um outro confirma a dificuldade de ter atenção dos políticos: “Só a violência porque eles não ouvem. Se a população fizesse carta para o parlamento, não ia resolver nada, mas viste que com a confusão eles não aumentaram o preço? Funcionou mesmo sendo prejudicial para outros mas porque não temos boas maneiras de conversar com os chefes, assim vão respeitar e ouvir o choro das pessoas para não acontecer mais as manifestações. Mas neste caso, valeu fazer violência.”

Os manifestantes têm pouca informação e ou confiança nas instituições de participação comunitária. Alguns têm consciência que os líderes locais devem agir como intermediários e dar voz as

reclamações do povo, mas não têm muita fê neles. Uma manifestante do bairro da Matola A disse: “A gente tem os chefes do bairro como nossos mediadores para fazer valer as nossas inquietações, mas eles são fantoches e nada fazem e por isso, as pessoas já não têm confianças nesses chefes dos bairros, pode não ser em todos casos, mas aqui no bairro, eu não acredito mais. As instituições que podiam existir para ajudar o povo não existem, e se existem, funcionam escondidas porque eu nem sei se existe.”

Os manifestantes apresentam muitas dúvidas em relação à possibilidade de se organizar para mudar alguma coisa. Explicam que muitas pessoas têm medo de se organizar em grupos mais permanentes e duvidam se realmente organizar-se pode resultar em alguma coisa. Os poucos que acreditam que poderiam trazer alguma diferença dizem ter medo de serem conotados como oposição ou, como um manifestante diz, como “profeta de desgraça”. Uma manifestante de 25 anos disse: “Nenhum bairro as pessoas se organizaram depois daquelas manifestações, se esses da polícia saberem que há grupos que se organizaram vão ser procurados todos até prender porque dizem que são bandidos que agitam os outros a cometerem irregularidades. Mesmo existindo esses grupos, ninguém pode saber e é mais para segurança deles próprios.”

Todos os entrevistados confirmam que não existem fóruns ou plataformas onde a voz do povo em geral pode ser ouvida. Como mostraram várias citações acima, os manifestantes acham que para ser ouvido ou para influenciar, tem que ter ligações. Sem isto, a pessoa não pode influenciar a sua própria situação e ainda menos as questões políticas do país. Dão uma imagem duma divisão clara; os ligados e os desligados “dos que têm”. Uma manifestante residente do bairro Trevo disse: “Os que têm poder, só entre eles podem se influenciar e mais nada. Eles se entendem e são sócios de muitas coisas que eles fazem. Como é que um como eu posso influenciar para a economia do país? Entre eles acho que é possível.”. Um manifestante de 30 anos dá uma perspectiva similar: “Para influenciar os que têm poder, só podem ser influenciados por aqueles que lhes criticam através de comentários nos programas de televisão ou nos jornais e rádios, estou a falar de jornalistas por exemplo, eles criticam e as vezes sem tomar conta, apercebemos num recuo nas decisões pré-definidas.”

Uma outra manifestante do bairro de Mafalala explica: “As pessoas que têm poder são os que são da justiça, deputados, pessoas ricas, empresários, não sei distinguir entre eles quem tem mais poder, mas o presidente é primeiro depois vêm os outros, por exemplo os polícias e os régulos. Esses são influenciados por pessoas com outros poderes económicos também. Influenciam-se eles mesmos, por exemplo Graça Machel, Alice Mabote, aquela senhora pode influenciar outros.”

Os entrevistados não têm conhecimento de nenhuma ONG ou OSC formal que está a trabalhar nos bairros deles. Muitos apresentam a opinião que as pessoas das ONGs pertencem à elite; aquela que aparece na televisão. Muitos referiram o exemplo das próprias manifestações dizendo que: nenhuma ONG ou OSC estava presente nos dias das manifestações, mas alguns apareceram no jornal nos dias a seguir a condenar a violência, tanto dos manifestantes como da polícia e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Uma manifestante de 25 anos conta a experiência dela sobre ONGs: “Nunca ouvi falar e não sei se neste bairro existem essas organizações, mas não acredito que exista e se existe, pouco fazem para que as pessoas se aproximem e peçam ajuda para qualquer coisa, económica e judiciária também. Ninguém vai fazer qualquer coisa disso, a manifestação terminou e as pessoas nunca mais ouviram algo se não ver só na televisão os que condenavam a manifestação, mas eles condenam a manifestação enquanto vivem bem e nada fazem para os outros.”

A voz das ONGs sobre as manifestações

Durante os dias das manifestações nenhuma organização da sociedade civil foi vista nas ruas, mas logo após estas, várias OSCs escreveram declarações e afirmações. Havia um plano para o fórum das OSCs nacionais, o G20, fazer uma declaração conjunta, mas devido a diferentes interesses e alianças políticas, tal nunca aconteceu. Porém, surgiram declarações de várias organizações individuais com conteúdo diferente. Nas entrevistas com os representantes das ONGs observa-se duas posições principais em relação à questão sobre como as manifestações se relacionam com as próprias ONGs.

A primeira posição é bastante crítica contra os manifestantes e argumenta que há espaços de prática de cidadania, influência e participação e que não há necessidade de ir a rua, especialmente não usando de violência. Um representante duma ONG diz que "Nós acreditamos que existem plataformas para a prática da cidadania que devem ser usadas." Nesta posição, os representantes não vêem a necessidade duma auto-crítica nas OSCs estabelecidas, ou como um representante duma outra ONG diz: "A sociedade civil não estava presente durante as manifestações, mas veio em seguida para se certificar de que as questões estão sendo tratadas." Argumentam que as OSCs representam os manifestantes: "As pessoas em geral, inclusive os que participaram nas manifestações, acabam sendo representados por nós." Um outro representante esclarece que as revoltas, na sua forma de ver, não podem ser vistas como uma crítica contra a sociedade civil: "As causas das manifestações têm a ver com a falta de boa governação e que o governo não está assumindo a responsabilidade. A sociedade civil não tem razão para culpar a si mesmo por qualquer coisa."

A segunda posição é composta por representantes de ONGs que apresentam uma análise mais crítica, ambos sobre as revoltas e sobre o papel e legitimidade da sociedade civil estabelecida. Um representante diz: "As manifestações constituíram uma expressão real da cidadania. Sem *results-based matrices*, sem teoria, sem orçamentos. Ninguém tem conseguido tanto quanto estas manifestações." Um outro também faz referência às manifestações como exercício de cidadania, dizendo: "Eu acredito que as ONGs, na verdade, estão a reduzir a prática da cidadania na população. As ONGs são mais como um clube no centro da cidade que não toca os problemas do povo. O dinheiro vai para o aumento da riqueza da elite que domina o mundo das ONGs, e a maior parte dos recursos acaba em transações dentro do centro de Maputo".

Representantes desta segunda posição sublinham que as revoltas não foram somente causadas pela pobreza. Um representante diz: "As razões das revoltas não são os níveis de pobreza absoluta. Em 1983, passamos por alguns momentos muito ruins com fome severa, mas estávamos todos conscientes de que estávamos a trabalhar para contribuir para a construção da riqueza da nação." Um outro refere que se fosse apenas por causa da pobreza, teriam sido os locais mais pobres do país a se revoltarem. Sublinha-se assim que as pessoas nas zonas urbanas dependem mais do estado do que as pessoas nas zonas rurais, que têm o benefício do tecido social ainda a funcionar. O que é tido por alguns como justificativo para as manifestações nas zonas urbanas onde o tecido social é relativamente mais frágil.

Discussão final

A alegação de que as ONGs representam a sociedade civil se baseia nos pressupostos sobre a representação legítima e um interesse comum a ser defendida pelas ONGs. As ONGs também defendem que não só representam mas também promovem ou constroem participação e cidadania duma forma mais ampla na sociedade. O presente artigo, porém, sugere que as ONGs e OSCs gozam de pouca ou nenhuma legitimidade perante os manifestantes das revoltas do pão em Moçambique.

Este fosso que se constata entre as ONGs e os manifestantes tem várias dimensões. Por um lado pode ser entendido como condições não existentes para um interesse comum baseado numa classe económica, como sugerem alguns académicos referidos na revisão bibliográfica. O facto que as ONGs incluindo os funcionários ligados a elas, pertencem à elite política e económica faz com que não tenha interesses comuns com os manifestantes. Pois, por seu turno, as necessidades económicas dos manifestantes são básicas (principalmente alimentação e deslocação diária), e a sua dificuldade em satisfazê-las tem gerado sufoco e frustração.

A literatura sugere que as ONGs são partes necessárias no sistema neoliberal e portanto não têm interesse de formular uma crítica realmente profunda a este mesmo sistema. Se analisamos as citações dos manifestantes, são por um lado reformistas no sentido de não necessariamente quererem mudar o partido. Por outro lado, apresentam uma crítica fundamental aos efeitos do sistema neoliberal, que se fazem sentir na vida das pessoas dia-a-dia. Traduzindo para as dimensões de cidadania, quer dizer que os manifestantes encontram-se privados da cidadania social, de ter direito a uma vida digna incluindo o bem-estar social e económico. Esta dimensão, e a deterioração dos seus aspectos, estão ligadas ao primeiro *trigger* das revoltas do pão; o *entitlement gap* entre aquilo que entendemos como o nosso direito e o que na actual situação estamos a conseguir. Como poucas OSCs em Moçambique hoje são de massas (que se organiza ou representa através de membros, pessoas da classe operária ou proletariado), a voz colectiva destes interesses no debate é praticamente ausente.

O abismo entre as ONGs e os manifestantes tem também a ver com a forma de como se vê as possibilidades de participar e assim exercer a cidadania política e civil. Os manifestantes dão uma mensagem bastante clara neste aspecto; que não há plataformas de participação, quer de forma individual ou colectiva. Eles expressam um desespero em relação a esta falta o que lhes levou a usar a violência durante as manifestações como a única forma de fazer o poder ouvir o povo. Sendo assim, os manifestantes apresentam uma crítica fundamental ao sistema político e a estrutura montada no âmbito da descentralização para aumentar o envolvimento do cidadão na tomada de decisão. Porém, se seguirmos a discussão da cidadania inicialmente apresentada, que ela não tem haver só com a relação entre o cidadão e o estado ou governo, mas a relação que ele tem com a sociedade como um todo, isto é, a participação na vida pública. Portanto, os manifestantes vivem uma privação também dos direitos políticos e civis, o que representa o segundo *trigger*; a ausência de voz e possibilidade de influenciar. Olhando as respostas das ONGs, uma parte delas diz o contrário, mantendo-se na suposição que há possibilidades de influenciar. No entanto, parece praticamente uma reivindicação moral, tomando em conta o contexto em que vivem os participantes das manifestações, com um tom do discurso que Sem refere: “O civilizado que vai civilizar o desviante, moralizando sobre os meios por ele usado”.

O terceiro *trigger*, os muitos empobrecidos e poucos enriquecidos. Numa entrevista com um dos representantes das ONGs mais (auto-)críticas, ele disse: Como um representante duma ONG entrevistada disse: “As razões das revoltas não são os níveis de pobreza absoluta. Em 1983 passamos tempos muito maus com fome mas eramos todos conscientes que todos nós estávamos a trabalhar para contribuir para a construção da prosperidade da nação.” A sensação de cansaço, de dizer chega é muito visível nas entrevistas com os manifestantes. Por um lado está ligado ao primeiro trigger mas esta situação se multiplica na vida dos manifestantes quando vêm a abundância em que um grupo reduzido da elite vive.

Analisando as respostas dos manifestantes, torna-se claro que para eles a sociedade é dividida entre os que têm e os que não têm. Os que têm, têm tanto, riqueza material como também acesso e

possibilidade de influenciar políticas ou decisões públicas importantes. Portanto, ligando às dimensões de cidadania e os diversos direitos, para os manifestantes quem é privado duma dimensão é também excluída das outras. Os que não têm, por exemplo, reconhecem ter votado, exercendo o seu direito político de participar nas eleições mas a maioria perdeu confiança nos políticos e não tem como exigir a prestação de contas.

Partindo desta análise dos *triggers*, não parece muito provável que ONGs, da forma em que estão organizadas e motivadas, sejam susceptíveis de resolvê-los. Mas não só, elas parecem estar posicionadas para torná-los pior através da supressão das identidades de classes, desarraigamento, individualização do bem-estar e falta de posições radicais, devido às suas próprias funções e interesses. Assim sendo, pode-se afirmar que as ONGs correm o risco de contribuir para a exclusão de participação dos pobres, o que actualmente se verifica no seio dos manifestantes. Como as ONGs ocupam um espaço na sociedade baseadas na falsa representação e, portanto, influenciam em assuntos que não são os mais prementes para aqueles que eles prezam representar nos espaços reais de intervenção.

Ligando ao processo de despolitização das OCBs, referido na revisão bibliográfica, parece que a divisão (embora não definitiva) entre OSCs prestadores de serviços e OSCs de advocacia, pode piorar ainda a situação. Por um lado, actividades de prestação de serviços de OSCs, muitas vezes OCBs (despolitizadas), a atenderem às necessidades sociais e económicas da população. Por outro lado, actividades de advocacia das OSCs que abordam questões políticas dentro do discurso de governação e cidadania acima mencionados. Esta separação entre a economia e política na estrutura das ONGs parece conveniente não só para as próprias ONGs, mas também para as agências doadoras que podem promover a democracia e boa governação através do apoio à sociedade civil com uma mão, e promover (ou impor) políticas neoliberais com a outra, sem ter que se preocupar com eventuais contradições paradigmáticas.

As palavras de Franz Fanon, de *Os condenados da Terra* (1961: 127) ilustram o que está descrito acima: “A burguesia nacional descobre para si a missão histórica de servir de intermediária. Como vemos, não se trata de uma vocação de transformar a nação, mas vulgarmente de servir de correia de transmissão a um capitalismo encurralado na dissimulação e que ostenta hoje a máscara neocolonialista. A burguesia nacional vai deleitar-se, sem complexos e com toda dignidade, no papel de procuradora da burguesia ocidental.”

Os autores do artigo sublinham a necessidade duma análise crítica entre os doadores da sociedade civil bem como entre as próprias organizações da sociedade civil Moçambicana e internacional sobre que tipo de “ser” da sociedade civil é que está a ser promovido? Isto também está ligado à questão dos espaços reservados à participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento; espaços muitas vezes ocupados por organizações que pretendem ser algo que aparentemente não são. Este aspecto por sua vez acaba trazendo consequências nefastas como no caso em estudo, a ilusão de representação de uma sociedade civil na essência marginalizada, que por sua vez carece de se expressar. Não havendo para si mecanismos alternativos viáveis de participação que garantam a atenção dos seus assuntos e bem assim a segurança de quem participa, conjugado aos sufocos económico e sociopolítico resultaram em demonstrações violentas, as chamadas manifestações violentas.

Existe em vários contextos, incluindo nas agências doadoras, nas ONGs e entre académicos, uma abordagem “indulgente”, como foi referido na revisão bibliográfica bem como no contexto da sociedade civil Moçambicana: Mesmo reconhecendo e até criticando o facto que as ONGs não estão a

representar a população em geral e ainda menos a população pobre, não há consistência na argumentação e acaba-se fazendo um compromisso “bom o suficiente”, assim mantendo ou até fortalecendo status quo.

Finalizando, os autores do actual artigo reconhecem que o texto levanta muitas questões que não foi possível investigar devidamente no âmbito deste artigo. Para mencionar alguns: Moçambique era o único país na região mais próxima onde revoltas aconteceram ambos em 2008 e 2010. Na maior parte dos países não aconteceram revoltas nenhuma vez. Como se pode entender esta tendência em Moçambique e a diferença com os países vizinhos? O artigo toca no assunto sobre o foco do trabalho das OSCs, ambos no sentido temático e na forma de trabalhar, e o gap entre isto e as preocupações principais dos manifestantes, como cidadãos nos bairros de Maputo. Porém, seria interessante investigar isto duma forma mais profunda; o que é que realmente define as agendas e como são os caminhos e passos de influência destas?

O artigo usa o conceito de cidadania, reconhecendo que é complexo e tem muitas interpretações. Na literatura sobre cidadania, o sistema de educação muitas vezes é dado um papel chave. No caso de Moçambique, seria relevante entender melhor como a cidadania nasce e é promovida, e por quem é promovida. As iniciativas das OSCs são bastante limitadas na sua abrangência, pois provavelmente há factores com uma influência mais forte sobre a chamada construção da cidadania Moçambicana.

Bibliografia

Åkesson, G. e Nilsson, A. (2006) *Governança Nacional e Chefatura Local. Uma avaliação multinível do poder de Moçambique da perspectiva do Niassa*. Maputo: Asdi.

Beinin, J. (2014) Civil society, NGOs, and Egypt's 2011 popular uprising. *The South Atlantic Quarterly*, 113(2): 396-406.

Berazneva, J. e Lee, D. R. (2013) Explaining the African food Riots of 2007-2008: An Empirical Analysis. *Food Policy*, 39:28-39.

de Brito, L. (2008) Uma Nota Sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique. Em *Pensar a República: Estado, governo e contrato social em África*. Bordeaux: IESE.

de Brito, L. (2009) *Uma análise preliminar das eleições de 2009*. IDeIAS, 22. IESE, Maputo.

Bush, R. (2010) Food Riots: Poverty, Power and Protests. *Journal of Agrarian Change*, 10(1): 119-129.

Castel-Branco, C. N. (2010), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*, Cadernos IESE, No 1, IESE, Maputo

Centro de Estudos e Desenvolvimento, 2010. Monitoria da Governança Local Pela Sociedade Civil - Aspectos Legais.

Chaimite, E., 2014. Das Revoltas às Marchas: Emergência de um Repertório de Acção Colectiva em Moçambique. Em Castel-Branco, C. et al. (ed) *Desafios para Moçambique 2014*. 5. Maputo: IESE, 83-98.

DFID (2008) *Citizens' Voice and Accountability Evaluation: Mozambique Country Case Study*. Maputo: DFID.

Edwards, M. (2013) *Civil Society*. Disponível no: <http://fpc.org.uk/fsblob/195.pdf>, acessado 2014-03-15.

Fanon, F. (1961) *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fernando, J., (2011) The NGO industrial complex: modernising postmodernity. In: *The political economy of NGOs*. London: Pluto Press, 232-281.

Follér, M-L. e Johansson, K. (2012) Collective action and absent civil society organisations in the Maputo suburbs. In: *Global civil society: shifting powers in a shifting world*. Uppsala: Uppsala University, 124-130.

Forquilha, S. (2008). “Remendo novo em pano velho”: O impacto das reformas de descentralização no processo de governação local. Em Castel-Branco, C. et al. (ed) *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: IESE, 71-89.

Forquilha, S. (2014) Do Discurso da “História de Sucesso” às Dinâmicas Políticas Internas: O desafio da Transição Política em Moçambique. Em Castel-Branco, C. et al. (ed) *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 61–82.

Francisco, A. (2008) *Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando?* IDEIAS, 06. IESE, Maputo.

Francisco, A.M. (2007) *Participação da Sociedade Civil Moçambicana no Processo de Governação: uma reflexão em torno do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP)*. Available at: http://www.fdc.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=58&Itemid=87&lang=pt, acessado 2014-07-15.

Gautney, H. (2010) Non-governmental Organisations (NGOs). In: *Protest and organization in the alternative globalization era: NGOs, social movements and political parties*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 85-109.

Governo de Moçambique, 2008. *Proposta do Plano Económico e Social para 2009*. Maputo.

Hearn, J. (1998) The “NGO-isation” of Kenyan society: USAID and the restructuring of health care. *Review of African Political Economy*, 25(75): 89-100.

Holt-Giménez, E. e Patel, R. (2009) *Food Rebellions! Crisis and the Hunger and Justice*. Cape Town: Pambazuka Press.

Ibis Mozambique (2014), *Construindo cidadania*. Disponível no: <http://ibismozambique.org/sobre-ibis/construindo-cidadania/>, acessado 2014-08-03.

COWI (2012) *Avaliação Conjunta do Apoio a Participação da Sociedade Civil no Dialogo sobre Políticas - relatório nacional de Moçambique, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca*. Disponível no: <http://um.dk/en/~media/UM/Danish-site/Documents/Danida/Resultater/Eval/201204CSOMozPT.pdf>, acessado 2014-07-15.

Janoski, T. (1998), *Citizenship and Civil Society: A Framework of Rights and Obligations in Liberal, Traditional, and Social Democratic Regimes*, Cambridge: Cambridge University Press.

Kaldor, M. (2004) *Det globala civilsamhället*. Göteborg: Daidalos.

Kamat, S. (2004) The privatization of public interest: Theorizing NGO discourse in a neoliberal era. *Review of International Political Economy*, 11(1): 155-76.

Kitissou, M. (2014) Africa South of the Sahara 2008-2011: Hunger as a Factor in Political Instability. *The Journal of Pan African Studies*, 6(7): 187-195.

Lagi, M., Betrand, K.Z. e Bar-Yam, Y. (2011) *The Food Crises and Political Instability in North Africa and the Middle East*. Disponível no: <http://arxiv.org/pdf/1108.2455.pdf>, acessado 5 Julho 2014.

Macamo, E., 2014. Cultura Política e Cidadania em Moçambique: Uma Relação Conflituosa. In C. Castel-Branco et al. (ed) *Desafios para Moçambique 2014..* Maputo: IESE, 41–60.

Negrão, J. (2003) *A Propósito das Relações entre as ONGs do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana*. Disponível no: <http://www.sarpn.org/documents/d0000650/P662-Relacoes.pdf>, acessado 5 de Março 2014.

Norfolk, S. e Hanlon, J. (2012) *Confrontos Entre Produtores Camponeses e Investidores no Norte da Zambézia, Moçambique, no contexto das Pressões Relativas ao Lucro em Investidores Europeus*, apresentado na Conferência Anual do Banco Mundial sobre terra e pobreza, Washington DC, 23-26 de Abril 2012.

Nyamugasira, W. (1998). NGOs and advocacy: How well are the poor represented? *Development in Practice*: (3:8) 297-308.

O País (2009) Aprovados Investimentos avaliados em mais de 110 milhões USD no País. *Journal o País*, p.17.

Open Society Initiative for Southern Africa, 2009. *Moçambique - Democracia e Participação Política*, Johannesburg, África do Sul: AfriMAP & Open Society Initiative for Sourthern Africa. Disponível no: <http://www.afriMAP.org/english/images/report/AfriMAP-Moz-PolPart-PT.pdf> Acessado 28 de Julho 2014.

Patel, R. e McMichael, P. (2009) A Political Economy of the Food Riot. *Review, A Journal of the Fernand Braudel Center*, 32(1): 9-35.

Pearce, J. (2010) Is social change fundable? NGOs and theories and practices of social change. *Development in Practice*, 20(6): 621-635.

Pevliuc-Olariu, C. (2013) Food scarcity as a trigger for civil unrest. *International Journal of the Bioflux Society*, 5(3): 174-178.

República de Moçambique, 2004. *Constituição da República de Moçambique*. I Série, 543–573.

Revi, B. (2014) T.H. Marshall and his critics: reappraising 'social citizenship' in the 21st century. Disponível no: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13621025.2014.905285>, acessado 30 de Julho 2014.

Saad-Filho, A. (2010) Neoliberalism, democracy and development policy in Brazil. *Development and Society*, 39(1): 1-28.

Sambo, M.G. (2011) *Análise dos Efeitos das Regras de Origem no Comércio Internacional de Moçambique no Âmbito da Integração Regional da SADC*. Disponível no: <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/3667/1/Tema%20regras%20de%20origem%20Versao%20final%20Michael%20Godet%20Chico%20Alberto%20Sambo-.pdf>, acedido 30 Julho 2014.

Saul, J.S. (2013) On taming a revolution: The South African case. *Socialist Register 2013: The Question of Strategy*, 49: 212-240.

Sen, J. (2007) The power of civility. In: *Global civil society – More or less democracy?* Uppsala: Uppsala University, 51-67.

Sneyd, Lauren Q., Legwegoh, A. e Fraser, E.D.G. (2013) Food riots: Media perspectives on the causes of food protests in Africa. *Food Security*, 5: 485-497.

Thompson, E.P. (1971) The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century. *Past and Present*, 50: 76-136.

Topsoe-Jensen, B., Salimo, P., Monjane, P. e Manuel, S. (2012) *Joint Evaluation of Support to Civil Society Engagement in Policy Dialogue. Mozambique Country Report*. Maputo: Cowi.

UNAC (2010) *Posição Perante as Manifestações Populares dos Dias 1 e 2 de Setembro de 2010*. Disponível no: http://www.waronwant.org/attachments/Posicao_da_UNAC_Manifestacoes_de_1_e_2_Set.doc, acedido 15 Julho 2014.

van Steenbergen, B. (1994) *The Condition of Citizenship*. London: Sage,

Material empírico

Entrevistas com 7 ONGs Moçambicanas baseadas em Maputo, realizadas em Março-Abril 2011.

Entrevistas com 20 manifestantes (11 homens e 9 mulheres) que participaram nas manifestações de Setembro de 2010.

Entrevistas com vários atores do governo, sociedade civil e residentes nos bairros dos arredores de Maputo entre Agosto e Novembro de 2013.

Websites

Portal do governo: www.portaldogoverno.gov.mz